

Crise no ensino agita Senado

A prisão do diretor do Colégio Minas Gerais provocou agitado debate no Senado sobre o caráter de uma sociedade que deixa bandidos soltos enquanto prende professores, mas tudo terminou bem porque todos concordam que a culpa é do Governo que não dá escolas para todos.

O tema causou áspera discussão entre os senadores Jarbas Passarinho (PDS/PA) e Pompeu de Sousa (PSDB/DF) sobre a Revolução de 1964. Apesar dos elogios mútuos a discordância continuou: Pompeu acha que ela foi obscurantista, o que Passarinho negou exaltado.

A questão foi levantada por Pompeu de Sousa, que condenou o "desaforado locaute das escolas particulares, afrontando os três poderes. São "comerciantes, supostamente educadores", que, enquanto se beneficiam das verbas públicas, transformam os colégios em quitandas e supermercados. Ele juntou a questão escolar à da criança para observar que uma sociedade onde criança é problema não passa de uma sociedade criminosa.

Apoiando Pompeu, o senador Chagas Rodrigues (PSDB/PI) fez votos de que a eleição seja mais rápida para que "o País tenha Governo". Condenou os colégios que aumentam as mensalidades acima dos níveis da inflação e estranhou que o Governo, incapaz de dar o ensino fundamental para todos, não baixe uma medida provisória para conter os abusos.

Passarinho iniciou concordando com Chagas Rodrigues em que o locaute era inaceitável e atribuiu ao excesso verbal de Pompeu a acusação de que os donos de colégios são mercadores. "Se é assim, como Pompeu julgaria as escolas religiosas?" Pompeu defendeu-se, frisando ser "católico até por tradição" e fez outra ressalva: nem todos os educadores são mercadores. Passarinho, que tem uma filha dona de colégio, conseguiu de Pompeu a informação de que não conhecia o diretor do Minas Gerais, mas mesmo assim o chamara de "criminoso".

Depois de relatar parte de sua experiência como ministro da Educação, Passarinho considerou este País "muito estranho" pois enquanto bandidos, narcotraficantes, ficam soltos, professores vão para o xadrez. Recebeu o apoio de Jutahy Magalhães (PMDB/BA) que lembrou a impunidade existente. "Os responsáveis pelos grandes escândalos, que se aproveitam do

erário, estão livres e os professores detidos", disse ele.

Pompeu aproveitou para recordar seu tempo de secretário de Educação em Brasília, quando encontrou três turnos, um dos quais, o da fome, "em que ninguém almoçava e ninguém, também, aprendia nada". Uma pergunta de Passarinho sobre a época em que Pompeu assumiu a Secretaria provocou uma resposta dura:

"Foi no dia em que derrubamos o regime que V. Exa. insiste em dizer que não foi nem autoritário nem obscurantista".

Exaltado, com uma veemência que classificou de "exaltação sagrada", disse que o regime militar foi autoritário, nunca totalitário. Obscurantismo havia no passado, antes de 1964, quando predominava a "vigarice, a velhacaria retórica", fazendo com que "o povo perdesse o respeito pela fala dos governantes".

Para Pompeu foi um período "obscurantista porque havia uma ideologia, uma doutrina que ninguém podia contestar" porque, se o fizesse, acabava na cadeia ou desaparecia. Com o mesmo ardor, Passarinho retrucou que o governo tinha o direito de enfrentar os contestadores, mas respeitava os que faziam oposição sistemática, "como Pompeu que tinha admiração e era muito bem-vindo em várias repartições".

Como a discussão estava áspera, Pompeu e Passarinho tentaram atenuá-la. Pompeu se dispôs a assumir a Presidência do Senado, mas Passarinho lhe fez um apelo para que não deixasse o plenário. Pompeu, que lembrara o desaparecimento do ex-deputado Rubem Paiva, não falou mais da Revolução e Passarinho retornou à educação.

Apiado em Jutahy, que lembrou a necessidade da escola particular para suprir as deficiências públicas, Passarinho disse ser cruel o Governo fixar anuidades baixas e responsabilizar os professores. Ele tentou chamar a debate o senador Marco Maciel (PFL/PE) ex-titular do MEC que, em seis minutos, disse ser a educação prioritária e que relataria, na Comissão Técnica do Senado, projetos sobre a lei de Diretrizes e Bases para a educação.

Passarinho concluiu reafirmando a responsabilidade do Governo, levantada por outros senadores, e lamentou que diretores de colégios sejam presos quando o Governo nada fez contra piqueteiros de greves ilegítimas.

6861 JUC 7 1

CORREIO BRAZILEIRO